

QUEM DÁ CONTINUIDADE AO TRABALHO DE CUIDADO DOS FILHOS QUANDO A VIOLÊNCIA LETAL DO ESTADO ROMPE A LINHA DA VIDA?

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano¹.

“O que significa defender os mortos? Cuidar dos negros mortos e dos que estão morrendo: cuidar da pessoa negra e do povo negro, sempre vivendo o impulso em direção à nossa morte? Isso significa trabalho. Isso é trabalho: trabalho emocional físico e intelectual que exige atenção vigilante às necessidades dos que estão morrendo e também para as necessidades dos vivos...” (Sharpe, 2016, p.14)

RESUMO:

A proposta é estabelecer correlações entre a performance de mulheres mães no processo de luto à luta face ao extermínio da juventude negra por decorrência da violência letal do Estado, a partir das concepções elencadas na Teoria da Reprodução Social. Temos como premissa que o engajamento de mulheres mães nas lutas, coletivos e movimentos sociais em memória de seus filhos vítimas da violência racial é continuidade do trabalho de cuidado. Nas interfaces destas correlações contaremos com considerações sobre Justiça reprodutiva e Movimentos Sociais de Mulheres Negras. Este artigo é fruto da conclusão da disciplina Feminismo e Marxismo, oferecida no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ no segundo Semestre de 2024.

PALAVRAS CHAVE:

Teoria da Reprodução Social; Trabalho de Cuidado; Violência letal do Estado contra Juventude Negra; Movimentos sociais de Mulheres Negras.

Apresentação

Na epígrafe deste texto, transcrevemos a narrativa de Christina Sharpe, em seu livro “In the Wake: On Blackness and being” (2016), trata-se de narrativa que defende a ética do cuidado para além da violência que afeta a vida de pessoas negras, a violência

¹ Assistente Social; Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade; Mestra e Doutoranda do PPGSS/UFRJ.

racial, a violência advinda das mais diversas formas de perpetração do racismo. Nesse trecho podemos dar início a concepção sobre a ética do cuidado como trabalho, trabalho desenvolvido por mulheres, trabalho não remunerado inserido na reprodução social da ordem capitalista.

É importante sinalizar, desde já, que abordamos o racismo e o extermínio da juventude negra, e conseqüentemente as dores, traumas e diversas sequelas que atingem mulheres mães advindas do processo de vitimação da violência letal racial direcionada a seus filhos. Contudo, nas linhas a seguir optamos por visibilizar as resistências dessas mulheres a partir da manutenção do cuidado, sobretudo por mulheres negras e o contra-ataque que fazem à violência racial na luta por Memória, Justiça e Reparação por seus filhos, que se estende à juventude negra, tomando a vivência e identidade negra como experiência política e coletiva.

Temos a inclinação de conferir a esta produção o caráter *contra colonial*, como postula o pensador quilombola Nego Bispo (2015), o trabalho de cuidar e de cuidado protagonizado por essas mulheres é um esforço coletivo, uma tentativa de visibilizar e deslegitimar socialmente o racismo, um exercício de extrema importância política, sobretudo no cenário sociorracial em que os assassinatos de jovens negros são recorrentes, uma empreitada de insistência e afirmação das vidas negras, ainda que as vidas de seus filhos jamais retornarão.

Como tema central da disciplina Feminismo e Marxismo tivemos a Teoria da Reprodução Social, apresentando suas principais matizes e pensadoras. Compreendemos então, que o trabalho da classe trabalhadora não se dá apenas no âmbito da produção, as mulheres da classe trabalhadora atuam e reivindicam no campo do trabalho reprodutivo, em geral citado como as tarefas que envolvem o cuidado com os filhos e a manutenção da vida da família, fora do local do trabalho produtivo. É mister dizer que a organização da sociedade capitalista se dá pela dinâmica e relação intrínseca entre produção e reprodução social.

“Os contornos da luta de classes são muito nítidos no local de trabalho. A trabalhadora sente o domínio do capital experiencialmente todos os dias e entende seu poder final sobre sua vida, seu tempo, suas possibilidades de vida, na

verdade, sobre sua capacidade de existir e mapear qualquer futuro... Mas vamos repensar a importância das lutas para além do local de trabalho, como aquelas por um ar mais limpo, melhores escolas, contra a privatização da água, contra as mudanças climáticas ou por políticas habitacionais mais justas. Estas refletem as necessidades sociais da classe trabalhadora...um esforço da classe para exigir sua parcela de civilização, isso também são lutas de classe. (Machado e de Souza, 2023, p.41)

Nosso intuito a partir de agora é entender como o trabalho de reprodução social e de cuidado é perpetuado pós morte, considerando as lutas, manifestações e movimentos sociais de mulheres mães que tiveram os filhos assassinados pela violência letal do Estado, bem como o tónus da violência racial nesse processo.

Teoria da Reprodução social e o processo de luto à luta: quais correlações possíveis?

A teoria da reprodução social mostra como a “*produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado*” (Bhattacharya, 2013). A força de trabalho, é reproduzida pelo encadeamento de processos que garantem a vida da classe trabalhadora para que ocupem e voltem a ocupar as frentes de trabalho e produção. Esse processo inclui, entre outros, moradia, alimentação, descanso e repouso, cuidados básicos em saúde, ou seja, atividades que regeneram as pessoas, em última instância, as mantem vivas.

Reprodução social, em suma, é a somatória das atividades basilares do capitalismo, já que essas atividades reproduzem o trabalhador, e a mercadoria força de trabalho, é também, a face de apresentação mais nítida do chamado trabalho não remunerado, são as mulheres que majoritariamente desenvolvem esse trabalho, reconhecido como trabalho doméstico.

“Trabalho doméstico, criar crianças, sexo, isso tudo é trabalho, não é um serviço pessoal, não é algo que fazemos porque somos mulheres... Estávamos descobrindo que isso, na verdade, é trabalho organizado, assim como o trabalho nas fábricas. Em outras palavras, o que chamamos de

trabalho doméstico é parte da organização capitalista da produção.” (Federici, 2023, p.101)

Depois de cuidar dos filhos enquanto crianças para mantê-los vivos, mulheres negras pós o acometimento do assassinato dos filhos em decorrência da violência do racismo em sua forma vil e letal, enfileiram-se nas trincheiras de continuidade desse cuidado com seus filhos, sendo dessa vez o trabalho pelo reconhecimento da vida e humanidade desses filhos através da luta coletiva por memória, justiça e reparação.

“A reprodução social é uma questão feminista, mas é também atingida por questões de classe, raça, sexualidade e nação. Um feminismo disposto a resolver a atual crise deve entender a reprodução social através de uma perspectiva que compreende, e conecta, esses diferentes eixos de dominação... A classe, em outras palavras, não é meramente econômica, ela é feita de pessoas concretas, de suas comunidades, habitats e condições de vida, suas experiências, laços sociais e história... Sob essas condições, as lutas pela reprodução social se moveram para um lugar central, com o potencial de alterar as raízes e ramificações sociais.” (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p.17 e 18)

Destacamos a mulher negra como agente político nas estratégias antirracistas, anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais, demarcando que os processos que repercutem no extermínio da juventude negra são pertinentes à sociabilidade imposta pelas manifestações da *necropolítica*, ou seja, das formas contemporâneas de detrimento da vida, favorecendo o poder da morte via Estado (Mbembe, 2018). Essa incidência política e social se dá, também no espaço destinado às particularidades do trabalho de cuidado, doméstico, privado e familiar.

O trabalho reprodutivo / doméstico socialmente destinado às mulheres no ambiente familiar e privado, envolve elementos constitutivos do ambiente público.

“A família pode constituir o local de renovação individual da força de trabalho, mas isso por si só não explica as

condições sob as quais a classe trabalhadora de qualquer sociedade foi produzida. Quais outras relações e instituições sociais fazem parte do circuito de reprodução social? Sistemas de educação e de saúde públicos, espaços de lazer, pensões e benefícios, tudo isso compõem esses hábitos historicamente determinados.” (Machado e de Souza, 2023, p.25)

Entendemos as violências institucionais como violências de Estado, ou seja, provocadas e praticadas pela ação ou omissão do Estado. Essa relação tem reflexo direto da violência racial que se dissolve na dinâmica do cotidiano das relações sociais neste país, onde o signo da morte se faz constante para a população negra em vários aspectos da vida societária no contexto neoliberal. O Estado genocida, é o agente primeiro da Necropolítica.

Achille Mbembe (2018) ao nos apresentar o conceito Necropolítica, traça uma análise crítica dos fenômenos de violência e mortes sistemáticas, que se dão no âmbito das ações do Estado. Segundo ele, através da aliança do sistema capitalista, de seus modos de produção e de reprodução das relações sociais, e da doutrina neoliberal, ocorre o desmonte das formas de garantia de vida com o declínio e retirada de direitos sociais, reverberando na criminalização da pobreza através de políticas que alardeiam a defesa da segurança social diante da, também produzida, lógica de guerra. Para ele, tal fato se reflete, também, na barbárie e na agudização da violência, sobretudo a violência racial.

Não morrer fisicamente não significa estar vivo socialmente. A não letalidade do corpo negro não significa vida em plenitude na sociedade racista colonial burguesa. A luta antirracista é a busca de mudanças estruturais, é força social revolucionária, confronta a sociedade que persiste com o capitalismo, o neoliberalismo, a necropolítica e a militarização das vidas, corpos e territórios negros cotidianamente. As violências do Estado são executadas através das construções sociais coloniais modernas.

“A reprodução social da vida é algo essencial para responder às necessidades vitais e sócio historicamente estabelecidas da humanidade. É algo que na particularidade do modo de produção e reprodução da vida capitalista estabeleceu aparentes cisões e inúmeras

contradições. Uma das principais consequências é o ocultamento da importância do trabalho reprodutivo, sobretudo aquele executado majoritariamente por mulheres na esfera doméstica.” (Soares, 2023, p.15)

E o que tem de trabalho reprodutivo no papel desenvolvido pelas mulheres mães em luta diante do extermínio da juventude negra? As mulheres ocupam a linha de frente dos atuais movimentos e manifestações que se opõem ao extermínio da juventude negra, poucos são os homens que encontramos nesses coletivos, a citar: Mães de Manguinhos, Coletivo de Familiares de vítimas da Violência e Terrorismo do Estado, Mães pela Paz, Nossos Mortos tem Voz, Mães de Maio, Mães de Acari; Mulheres em Movimento da Maré, entre outros grupos e coletivos.

A majoritária participação de mulheres em detrimento da baixa representatividade na participação de homens nessas frentes e coletivos não deve ser naturalizada, a baixa representação de homens nesses espaços, que consideramos continuidade do trabalho de cuidado, é também, fruto das atribuições determinadas pelas relações sociais de gênero. As mulheres negras são desproporcionalmente afetadas pelo racismo e constituem a espinha dorsal dessas importantes formas de rebeldias e insurgências contra o extermínio da juventude negra.

A violência é um elemento presente em todas as sociedades, é importante situá-la como um produto histórico de cunho social e cultural, que atravessa estruturalmente as relações sociais, econômicas e políticas em distintos matizes. A violência racial pode ser percebida, de maneira evidente e inequívoca, no modelo como o Estado brasileiro atua em relação aos corpos negros, os dados e indicadores sociais apontam que os jovens negros são as vítimas preferenciais dos homicídios, o contínuo e pragmático extermínio da juventude negra no Brasil.

Sobre a intercorrência da violência racial no campo da Saúde, Batista, Escuder e Pereira (2004) ao realizarem estudo para averiguar as vulnerabilidades de raça/cor em condicionamentos de óbitos no Estado de São Paulo, repercutem sobre a violência racial, considerando que a morte é demarcada pelo racismo, descrevendo sobre a '*morte branca*' e a '*morte negra*':

... a morte tem cor. Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde

até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma ‘morte morrida’... Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita... A morte negra é uma morte desgraçada. (Batista, Escuder e Pereira, 2004, p. 635)

A morte negra exige a composição de outra gramática e concepção, em que se conjugam os verbos do passado e presente, um passado colonial e escravagista, um passado que não findou pois na relação entre passado e presente temos a violência racial que não parou de imperar. No entanto, há por parte das mulheres negras a recusa da morte negra como números e estatísticas. A perda dos filhos parece compor a consciência das próprias vulnerabilidades em um mundo racista onde se herdamos não somente as estratégias de resistência, mas também as mazelas das violências raciais em intersecção com as violências de gênero.

O Processo de luto à luta não é automático, é preciso respeitar o processo de luto individual de cada mulher na sua individualidade e humanidade, dito isso, precisamos reconhecer que não são todas as mulheres mães vitimadas pela violência letal do Estado que conseguem enganjar-se nas lutas sociais, isso depende de rede de apoio, condições de saúde física e emocional, e escolhas individuais. Todas as mães que perderam os filhos para a violência precisam ser resguardadas e respeitadas na sua dor e vivência, isso é imprescindível! Valorizamos as que com muita força transmutam o processo de luto individual do luto à luta coletiva, mas devemos reverenciar as que continuam nos seus espaços privados e individuais.

Utilizando uma métrica cuidadosa, desmistificando a naturalização do lugar de força em relação às mulheres negras, dos acordos e leituras das relações sociais que as cristalizam como “guerreiras”, ou que se incumbem do cuidado por um certo instinto feminino, temos em Sueli Carneiro (2019) mais uma contribuição:

...o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, por força das contradições que o ser mulher encerra, recai sobre elas a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseadas nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social. (Carneiro, 2019, p.169)

O recente passado escravagista agrava as condições de vida das mulheres negras que são emudecidas nos seus ativismos políticos e sociais, seja no espaço público ou privado / doméstico, esse silenciamento acontece também com as mulheres mães que rompem com o luto individual e partem para o grito coletivo na luta contra o racismo e a violência do Estado.

Justiça Reprodutiva, Violência Letal de Estado e Movimentos sociais de Mulheres Negras por Justiça Memória e Reparação

Justiça reprodutiva tem como marco conceitual e político a criação do termo nos EUA, por movimentos de mulheres negras que questionavam as relações sociais a partir da centralização da racialização. Segundo a pesquisa: Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da maré (2024), Justiça reprodutiva possui uma perspectiva estratégica que se baseia em três aspectos dos direitos humanos, de maneira interconectada: *I O direito de ter filho sob as condições de escolha da pessoa; II O direito de não ter filho, usando métodos contraceptivos, recorrendo ao abortamento ou praticando a abstinência; e III O direito de criar crianças em ambientes seguros e saudáveis, livres de violência por indivíduos ou pelo Estado.*

A violência armada perpetrada pelo Estado, vítima letal e sistematicamente jovens negros em territórios populares, de favela e periféricos do país. A experiência das mulheres mães que perdem seus filhos dessa maneira, é uma expressão brutal da criminalização e da marginalização das maternidades negras e periféricas (Afonso dos Santos, 2023). Ao perderem seus filhos, essas mulheres entram em uma luta por justiça,

memória e reparação, um ativismo marcado por suas experiências de sofrimento e adoecimento, tanto físico quanto mental. Ao lutar por justiça para seus filhos, elas denunciam o extermínio da juventude negra, que conforme apontamos anteriormente é a perpetuação da violência colonial no seu aspecto racial. Ao mesmo tempo, transformam suas dores em instrumentos de resistência, visando proteger vidas negras.

Os antirracismos aqui são entendidos como a persistência constante por vidas negras. A luta negra deve ser prioritária naquelas lutas sociais que almejam e se movimentam para a construção de uma outra sociedade. Remontando à época da escravidão negra, temos que, a partir da noção de grupo e coletividade, o associativismo negro construiu e reconstruiu os laços de solidariedade e apoio mútuo a partir da pertença racial, reivindicando humanidade e dignidade. As mulheres negras sempre tiveram papel ativo e determinante no associativismo negro. O papel das mulheres negras em lutas organizadas contra a escravidão - as fugas, os motins, as rebeliões e a formação dos quilombos - demonstravam uma reação à dita docilidade, cordialidade ou submissão dos negros e negras contra a família patriarcal branca escravista.

Considerando o contexto histórico reconhecido pela redemocratização do país em meados da década de 1980, Sueli Carneiro (2019) adverte o seguinte:

“Se houve avanços da questão racial no âmbito da prática e da teoria feminista, isso tem tido pouco impacto no interior do movimento negro na medida em que não tem sido suficiente para pautar as relações de gênero no próprio movimento e, conseqüentemente, não vem redefinindo o papel da mulher negra nos projetos políticos das correntes do movimento negro nem na distribuição do poder nas instâncias de decisão e na distribuição dos resultados das lutas empreendidas. O mesmo se repete em relação ao movimento feminista.” (Carneiro, 2019, p.168)

No Brasil ocorre um processo de invisibilidade das contribuições e formas de resistência e estratégias adotadas pelas mulheres negras quando a pauta é a luta negra /antirracismo ou luta feminista. Essa dupla anulação é perceptível, já que quando observamos os referenciais das lutas negras nos períodos pré e pós abolição a visibilidade está voltada aos homens negros, e quando falamos de movimento social e conquista de

mulheres somos levados a considerar que estas frentes são encampadas apenas por mulheres brancas. Constatação que motiva o esforço político e metodológico permanente para visibilizar e ressaltar as mais variadas ações e contribuições das mulheres negras nas lutas e movimentos sociais contra as opressões, Sueli Carneiro (2019) reporta:

“O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas.” (Carneiro, 2019, p.217)

O processo que se dá entre o luto e a luta para essas mulheres mães, pode ser compreendido como a busca pela resignificação da vida diante de um quadro de violência racista letal que impactou suas vidas pelo assassinato de seus filhos seus filhos, para nós a continuidade do trabalho de cuidado. O luto e a luta são partilhas de dor, mas sobretudo, de busca por fortalecimento mútuo para alcançarem algum tipo de memória, justiça e reparação. Nesse sentido, o luto compartilhado em coletividade se resignifica em fortalecimento e vetor de luta que rompe com a ordem social hierarquizada por raça, gênero e classe.

Com especial destreza, ao escrever “Racismo e sexismo na cultura brasileira” na década de 1980, Lélia Gonzales sinaliza que as movimentações negras se dão a partir de vivências/ experiências nessa sociabilidade, proponentes de traumas coloniais, racistas e sexistas. E aponta noções importantes nesse processo histórico de reação e subversão, também de consciência e memória de mulheres negras enquanto sujeito político, social e coletivo. Ela diz:

“... é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente que vai apontar os caminhos para a virada do jogo, como no famoso ‘caso Marli’, ela bota a boca no

trombone, denunciando o que estão fazendo com os homens de sua raça...” (Gonzales, 2018, pág.199)

Nesse relato sobre ‘*o caso Marli*’, Lélia Gonzales se refere ao fato ocorrido em 1979, na cidade de Belford Roxo –Município da Baixada fluminense / Estado do Rio de Janeiro – em que uma mulher negra de 27 anos (Marli Pereira da Silva), em plena ditadura militar, resolvera enfrentar os grupos de extermínio para afirmar que seu irmão Paulo Pereira da Silva, de 19 anos, fora assassinado por policiais militares infiltrados nesses grupos. Marli esteve em delegacias e batalhões tentando reconhecer os assassinos de seu irmão. Uma fotografia nos jornais da época, destacam Marli olhando firme para a multidão de policiais perfilados, na tentativa de reconhecer os assassinos. Reportagens sobre o caso afirmam que Marli sofreu várias ameaças e chegou a ter sua casa incendiada, sentindo prejuízos também na sua subsistência, pois devida a repercussão do caso na mídia e as inúmeras vezes que precisou se dirigir a órgãos policiais para realizar os reconhecimentos, acabou por não conseguir empregos, devido a sua determinação na busca incessante por justiça, a destemida Marli ganhou também a alcunha de “*Marli coragem*”.

O racismo, as desigualdades e as violências raciais são indelévels e perniciosas presenças na realidade social brasileira, resultam de uma exploração histórica e sistemática onde o Estado é partícipe na violação da vida, as assimetrias sociorraciais desde a colonização mantêm e reinventam a violência colonial nas mais variadas formas de articulação da trama que denota a realidade brasileira inscrita na dinâmica da produção e reprodução social capitalista.

Em uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, cabe apontarmos que direitos reprodutivos não se restringem ao acesso de mulheres a aborto e contracepção. A visão precisa ser ampliada, os direitos reprodutivos são contemplados no seio da justiça reprodutiva, como vimos. O direito de escolha de uma mulher de ter ou não filhos, ou mesmo, em qual momento da vida ter esses filhos, não exclui a necessidade dessas mulheres poderem criá-los de forma segura e exercer a maternagem por todas as fases da vida, sem o atravessamentos das violências do Estado.

As mulheres mães existem, resistem e enfrentam as diversas formas de violência do Estado, seja pela ação letal ou do deixar morrer advinda da necropolítica. Esse

processo envolve posicionamentos, avanços, embates, sofrimentos, questionamentos, silêncios, ousadia, fúria, preces, atos. A busca pela ressignificação da vida diante de um quadro de violência racial é crucial, e o concebemos como extensão do trabalho de cuidado que vai além de garantir a vida nos anos iniciais de uma pessoa, esse cuidado e o trabalho que ele demanda das mulheres mães segue na expectativa de garantir a dignidade de vidas negras pós morte.

Considerações finais

Vivemos um tempo ímpar de recomeços e desafios, é necessário reconstruirmos as possibilidades de organização e nos movimentarmos por uma política de esperança real e concreta para a mudança da sociedade, é nesse cenário que se inscreve a luta de mulheres mães vítimas da violência letal e racial do Estado. “*A liberdade é uma luta constante*” como afirma Ângela Davis (2015), e se dá pelas vidas negras mesmo quando essas foram ceifadas nessa sociabilidade destrutiva e racialmente aniquiladora.

A teoria da reprodução social nos auxilia na compreensão das desigualdades de gênero e raça na sociabilidade capitalista, além de destacar o trabalho doméstico e de cuidado realizado por mulheres como condicionamento social, destacamos as insurgências e insistências de mulheres mães em uma continuidade do cuidado à despeito do racismo e violência racial manifestada na vitimação letal de seus filhos, o exercício da maternagem como forma de resistência política e social.

*Apesar das acontecências do banzo
há de nos restar a crença
na precisão de viver
e a sapiente leitura
das entre-falhas da linha-vida.
Apesar de ...
uma fé há de nos afiançar
de que, mesmo estando nós
entre rochas, não haverá pedra
a nos entupir o caminho.
Das acontecências do banzo
a pesar sobre nós,
há de nos aprumar a coragem.
Murros em ponta de faca (valem)
afiam os nossos desejos
neutralizando o corte da lâmina.
Das acontecências do banzo
brotará em nós o abraço a vida
e seguiremos nossas rotas
de sal e mel
por entre salmos, Axés e aleluias.
(Conceição Evaristo, Beco da memória 2018).*

Assim como se faz no seio dos movimentos de mulheres negras afirmamos: “*Nossos passos vêm de longe!*”, pois entendemos que as práticas e saberes das nossas ancestrais foram e são fundamentais para que pudéssemos conseguir chegar até aqui e avançar rumo à sociedade livre de exploração e discriminação e desigualdade racial, um lugar onde a violência do racismo não ceife vidas negras, onde não seja mais necessário que as Mulheres em Movimento da Maré cerrem os punhos e se manifestem aos gritos clamando por “*Justiça, Memória e Reparação*” por seus filhos, e conseqüentemente por vidas negras.

Referências bibliográficas

AFONSO DOS SANTOS, Milena. **Maternidade negra interrompida: contribuições de mães de vítimas do genocídio antinegro para uma gramática contra-hegemônica de direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ARRUZA, Cintia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Notas para um manifesto feminista**. Editora: Terra sem amos: Bacurau, 2019.

BHATTACHARYA, T. **O que é a teoria da reprodução social?** 2013. Disponível em: [Microsoft Word - 04_Bhattacharya.docx](#)

BATISTA, Luís Eduardo, Escuder, Mercedes L. e Pereira, Julio C. R. **A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no estado de São Paulo, 1999 a 2001**. In: Revista Saúde Pública, nº 38, São Paulo, 2004.

BISPO, Antônio Nego. “**Colonização, Quilombos: modos e significados**”. **Belo horizonte: UFMG**, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta Constante**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

_____. **Democracia para quem?: ensaios de resistência**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FEDERICI, S. **Democracia para quem?: ensaios de resistência**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2023.

GONZALES, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica**. In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa. Coletânea UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018.

_____. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira.** In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzales em primeira pessoa. Coletânea UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora, 2018.

HILL COLLINS, P. **Democracia para quem?: ensaios de resistência.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2023.

Juliano, Dayana Christina R. de S. **“Insurgências de mulheres negras frente à negação da vida: do luto à luta!”** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, 2021.

MACHADO, Bárbara Araújo; SOUZA, Flávia Fernandes de (Orgs). **Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora.** São Paulo, 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

SHARPE, Christina. **In the wake: on blackness and being.** Durhan: Duke University Press, 2016.

SOARES, Marcela. Prefácio de **Democracia para quem?: ensaios de resistência.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2023.

Outras fontes:

Pesquisa: Saúde sexual e reprodutiva: o que dizem as mulheres da maré. Onda verde – Criar futuros: maré território de cuidado. Redes da Maré, Rio de Janeiro, 2024.

Disponível em: [PesquisaSaudeReprodutivaMare 2.pdf](#)